



ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS E IDOSOS: ENTRE A INCLUSÃO E A PRÁTICA DE ENSINO

Ivanessa Solon Silveira ¹
Anderson Ercílio dos Reis Franco ²
Uendy Oliveira Feitosa ³
José Vitorino Pinto Fonseca ⁴

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta reflexões sobre a prática pedagógica desenvolvida por professores de uma escola da rede regular de ensino de Belém do Pará, com estudantes com Deficiência Intelectual (DI) presentes na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI⁵).

Parte-se do entendimento de que a Deficiência Intelectual (DI) não é algo estagnado, mas sim uma condição relacionada à capacidade de desenvolvimento da pessoa, mediada pelo ambiente no qual se encontra (DIAS; LOPES DE OLIVEIRA, 2013). Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa buscou compreender a partir das vozes dos professores e da observação em sala de aula, como desenvolvem sua prática com os estudantes com DI e, em que medida estas práticas têm contribuído para o processo de ensino e aprendizagem desses estudantes.

Conforme o Censo Escolar (2019) há uma alta proporção de matrículas de estudantes com Deficiência Intelectual na EJAI, especialmente nos anos iniciais, o que nos remete a Bins (2013) quando afirma que a presença do sujeito adulto com DI é um acontecimento cada vez mais frequente nesta modalidade, fato que se deve em grande medida as políticas educacionais de inclusão.

Nesse sentido, sendo o Brasil um país que segue em sua legislação educacional princípios de uma educação inclusiva (BRASIL, 2015) cabe refletirmos sobre o modo que esses

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Pará - PA, iva.solon@hotmail.com;

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação para a Ciência e a Matemática da Universidade Estadual de Maringá - PR, andersonercilio@gmail.com;

³ Mestranda em Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais - FICS, uendyfeitosa@gmail.com;

⁴ Mestrando em Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais - FICS, vitorpest41@gmail.com;

⁵ Nesta pesquisa adotamos a sigla EJAI em referência aos “idosos” presentes na modalidade, pois consideramos que ao se diluir o idoso na categoria de adultos estaríamos invisibilizando sujeitos que necessitam de ações pensadas a luz das suas especificidades.



princípios vêm se desenvolvendo na EJAI. Nesta pesquisa, constatou-se que os estudantes com DI se perpetuam na escola cursando a mesma totalidade (etapa) de ensino por diversos anos, evidenciando que o seu processo de ensino-aprendizagem é dificultoso, ou não é efetivo, uma vez que não permite o seu avanço para graus superiores.

Portanto, esta pesquisa possibilitou investigar de que forma está ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com Deficiência Intelectual na EJAI, a partir da prática pedagógica desenvolvida pelos professores na modalidade, o que exigiu além da observação destas práticas o diálogo com o campo teórico da área, que será abordado a seguir.

REFERENCIAL TEÓRICO

O termo Deficiência Intelectual surge em substituição ao que se chamava de deficiência mental, por tratar-se de uma deficiência do intelecto e não da mente. Um dos documentos signatários nessa nova nomenclatura foi a Declaração de Montreal, no Canadá, em 2004, resultante da Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, na qual foi reafirmada a necessidade de garantir condições dignas de pleno exercício de direitos da pessoa com tal deficiência.

O Brasil, ratifica a Declaração de Montreal, e ao longo dos anos vem incluindo na política de educação especial o termo “Deficiência Intelectual”. A mudança de nomenclatura foi impulsionada também quando em 2010 a Associação Americana de Retardo Mental (AARM) adotou a terminologia, passando a ser designada como Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD). Essa Associação é tida como grande referência e influencia as políticas sociais para área em nosso país.

O diagnóstico da DI que antes se restringia ao modelo médico com a verificação de níveis de quociente de inteligência (QI), passa a adotar o modelo biopsicossocial que inclui uma avaliação por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando diversos fatores como biológicos, socioambientais, psicológicos e pessoais (BRASIL, 2015). Desse modo, é um diagnóstico mais complexo, que requer um olhar mais amplo sobre a limitação em diversas áreas.

No Brasil, a partir da Nota Técnica nº4, de 2014, as escolas não são mais obrigadas a apresentarem laudo médico para inserir os estudantes no quadro da Educação Especial. Conforme Frederico e Laplane (2020) essa medida pode ter contribuído para o aumento do número de estudantes indicados no Censo Escolar com DI, sendo essa a deficiência que mais se destaca pelo número expressivo, correspondendo a 67,6% do total (INEP, 2019).

A maior frequência dos sujeitos com DI no espaço escolar, gera muitos desafios no atendimento à esses estudantes, pois suas especificidades exigem inúmeras transformações para o ensino escolar numa perspectiva inclusiva. Dentre os desafios, podemos citar a necessidade de uma prática pedagógica que seja capaz de contemplar a todos, respeitando as diferenças e valorizando as potencialidades, para que cada um consiga superar suas dificuldades e participar dos segmentos sociais como cidadão.

Ressalta-se que o estudante com deficiência na fase adulta, requer um olhar mais sensível por parte do professor, considerando-se toda a dinâmica da EJAI e o processo de escolarização de um jovem, adulto ou idoso com Deficiência Intelectual. Nessa fase e dependendo de suas experiências escolares, suas limitações, seus saberes e suas necessidades, o torna mais singular ainda.

A prática pedagógica na EJAI, conforme Arroyo (2006) tem um objetivo não só de escolarização, mas envolve processos de emancipação humana, portanto, preocupa-se com a formação cidadã dos sujeitos. O autor, nos chama atenção para se pensar sobre os processos de conhecimento dos estudantes da EJAI, pois a forma como o conhecimento escolar foi selecionado, ordenado, sequenciado e hierarquizado, assim como a sua organização temporal, se adequa a um tempo de vida que não é o deles, são outros tempos, outras pedagogias.

Dessa forma, conhecer as diferentes concepções de pessoa, de ensino, das dimensões sociopolíticas que marcaram a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, se faz necessário para que o docente reflita criticamente sobre essas concepções, e por meio da sua prática possibilite uma mudança qualitativa na realidade desses alunos.

METODOLOGIA

Para os procedimentos metodológicos, esta pesquisa baseou-se nos estudos de Minayo (2010) sobre pesquisa social. Optou-se pelo método qualitativo por proporcionar um estudo mais profundo sobre a prática pedagógica desenvolvida com estudantes com Deficiência Intelectual na EJAI, partindo da realidade de uma escola de ensino fundamental do município de Belém do Pará.

A pesquisa dividiu-se em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental. Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre a prática pedagógica, para posteriormente partirmos para as etapas seguintes da pesquisa.



Para investigarmos os aspectos que envolvem a prática docente, observou-se a atuação de quatro professores, da 1ª e 2ª Totalidades (etapas), referentes aos anos iniciais do ensino fundamental, sendo duas professoras regentes (pedagogas), uma professora de sala de leitura (pedagoga) e um professor de Artes. Nesta observação, verificou-se que não há uma adaptação formal do planejamento para atender os estudantes com Deficiência Intelectual, havia adaptação apenas em algumas atividades realizadas em sala com as professoras regentes, como de leitura e escrita de palavras canônicas e operações matemáticas de adição e subtração, nos demais momentos as professoras realizavam atividades em grupo ou solicitavam a participação das estudantes de forma oral. Foi observado também que não havia um Plano Individualizado de Ensino. Com isso considera-se que no planejamento não havia uma discussão entre/com os professores para se pensar em ações mais efetivas com os estudantes com DI, porém, essa adaptação se faz necessária, pois entendemos com Padilha (2001) que o planejamento é um processo que visa dar resposta a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para a sua superação, considerando o contexto de quem planeja e com quem se planeja, portanto extremamente necessário para inclusão desses estudantes.

Foram realizadas entrevistas com quatro docentes, com questões envolvendo aspectos sobre a formação inicial e continuada, planejamento, avaliação, a percepção sobre o processo de ensino-aprendizagem do aluno com DI, as dificuldades em se trabalhar com estes estudantes e como avaliam a inclusão deles nas classes regulares de ensino. Uma questão muito destacada, foi a falta de uma formação sobre a DI, seja na graduação ou em processos de formação continuada.

Outro aspecto importante a ser considerado refere-se às avaliações, os professores usavam como instrumento de avaliação a prova escrita, por exigência dos próprios estudantes, porém utilizavam também parâmetros qualitativos, levando em consideração diversos fatores como: a frequência, a participação, realização dos trabalhos de pesquisa e em grupo, e também o envolvimento nas atividades culturais, o que de certo modo, permitia identificar os avanços desses estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar e observar a prática dos professores, percebe-se que há uma grande dificuldade em sistematizar estratégias para um trabalho que envolva questões mais conceituais das disciplinas do currículo escolar, dada as especificidades dos estudantes que ainda encontram-se no processo de alfabetização, não dominando os processos de leitura e escrita.



Por sua vez, há também limitações quanto a própria formação dos professores que expressam não ter conhecimento sobre a deficiência intelectual, que tanto na graduação como na pós-graduação não tiveram acesso.

Mesmo com essas limitações, os professores buscam desenvolver práticas pedagógicas pensadas a partir das características de seus estudantes, explorando aquilo que apresentam potencial, seja na oralidade, na pintura, no trabalho com materiais pedagógicos mais concretos como material dourado, alfabeto móvel, globo terrestre, entre outros. Portanto, é uma prática que se constrói no cotidiano da sala de aula, no contato diário com esse estudante, um conhecimento que o professor adquire na sua experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos com esta pesquisa que as práticas pedagógicas dos professores com os estudantes com DI na EJAI conseguem desenvolver muitos aspectos atitudinais, em detrimento dos conteúdos conceituais e procedimentais do currículo escolar.

Embora, seja um aspecto de fundamental importância é apenas um dos objetivos no processo de ensino-aprendizagem do cidadão. Reconhece-se que há a própria especificidade da deficiência que exige um trabalho mais abrangente, para que o estudante avance para níveis mais elevados de conhecimento.

Dessa forma, consideramos que é preciso aprofundar conhecimentos sobre a Deficiência Intelectual, entender quem são esses sujeitos, a forma como desenvolvem sua aprendizagem, levar em consideração os aspectos biológicos, afetivos e sociais e, desta forma planejar ações que vão ao encontro das necessidades de cada educando. Esse conhecimento deve estar presente, sobretudo, na formação dos professores.

Sabe-se que é um trabalho árduo, complexo, porém necessário para que desponte a capacidade de cada estudante, resultando em uma escola verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Formar educadores e educadoras de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio José Gomes (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BINS, Kátiuscha Lara Genro. **Adultos com deficiência intelectual incluídos na educação de jovens e adultos**: apontamentos necessários sobre adultez, inclusão e aprendizagem / Kátiuscha Lara Genro Bins. – Porto Alegre, 2013.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão**. 2004a. Disponível em <http://www.defnet.org.br/decl_montreal.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

_____. **Micro dados do Censo Escolar da Educação Básica (MEC/INEP) 2019**. Brasília, 2019.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. **Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural**: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 19, n. 2, p. 169-182, abr./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000200003>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382013000200003&lng=pt &tln g=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382013000200003&lng=pt&tln g=pt). Acesso em: 13 de Junho de 2022.

FREDERICO, J. C; LAPLANE, A. L. F. **Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual**. Revista Brasileira de Educação Especial. Bauru, v.26, n.3, p.465-480, Jul./Set., 2020. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/rbee/a/r4nbdV8mLHZ7Jw5pFp79R7n/?lang=pt>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico**: Como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.